

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Érica Katia Barbosa Cristóvão Da Silva

Jaciana Gonçalves Dos Santos

Maria Carolina Da Silva Correia

**FORMAÇÃO COMPLEMENTAR PARA  
DOCENTES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Érica Katia Barbosa Cristóvão Da Silva

Jaciana Gonçalves Dos Santos

Maria Carolina Da Silva Correia

## **FORMAÇÃO COMPLEMENTAR PARA DOCENTES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Artigo apresentado ao Centro Universitário Brasileiro –  
UNIBRA, como requisito parcial para obtenção do título de  
Licenciatura em Pedagogia.

Professora Orientadora: Ariedja de carvalho Silva

RECIFE/2022

Ficha catalográfica elaborada pela  
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 2338/ O.

S586f Silva, Érica Katia Barbosa Cristóvão da  
Formação complementar para docentes na educação inclusiva / Érica  
Katia Barbosa Cristóvão da Silva, Jaciana Gonçalves dos Santos, Maria  
Carolina da Silva Correia. - Recife: O Autor, 2022.

20 p.

Orientador(a): Esp. Ariedja de Carvalho Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário  
Brasileiro – UNIBRA. Licenciatura em Pedagogia, 2022.

Inclui Referências.

1. Educação inclusiva. 2. Formação complementar. 3. Formação  
docente. 4. Práticas pedagógicas. I. Santos, Jaciana Gonçalves dos. II.  
Correia, Maria Carolina da Silva. III. Centro Universitário Brasileiro -  
UNIBRA. IV. Título.

CDU: 37.01

Este trabalho é dedicado a vocês, Deus, pais, familiares, amigos e professores que contribuíram muito na nossa caminhada. Sem vocês nada seríamos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos a Deus, pela vida e por nos permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho. Aos pais e amigos por terem acreditado em nosso potencial e aos professores, pelas correções e ensinamentos que nos permitiram apresentar um melhor desempenho no nosso processo de formação profissional ao longo do curso, pela paciência e pro acreditar tanto em nós.

Agradecemos também aos nossos colegas de turma, por compartilharem tantos momentos de descobertas e aprendizados por todo companheirismo ao longo deste percurso.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....</b>	<b>8</b>
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>8</b>
3.1 Educação inclusiva.....	9
3.2 Processo de integração de políticas sociais no Brasil.....	10
3.3 Políticas públicas voltadas para a educação especial.....	15
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>18</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>19</b>

## FORMAÇÃO COMPLEMENTAR PARA DOCENTES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Érica Katia Barbosa Cristóvão da Silva

Jaciana Gonçalves dos Santos

Maria Carolina da Silva Correia

Professora Orientadora: Ariedja de carvalho Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** No Brasil, temos a constituição de 1988 que é fundamental, garante e defende a inclusão com dignidade da pessoa humana, partindo dessa premissa a educação tem por objetivo incluir de forma igualitária e totalitária preparando para pleno exercício da cidadania e qualificação para o mercado de trabalho. A falta de preparo de profissionais da educação é acompanhada de muita insegurança, pois são muitos problemas existentes em seu dia a dia que o impede de cumprir seu trabalho de forma acolhedora para receber seus alunos com deficiência sabendo da nossa realidade dotada de preconceito, muitas vezes, vividas por eles que possuem algum tipo de deficiência e a lacuna apontada por vários autores mostrando a dificuldade de efetivar o processo de inclusão. Esta pesquisa tem como objetivo chamar a atenção do quanto é importante a formação do professor na educação inclusiva podendo este de fato mudar a realidade dos docentes fazendo com que a educação inclusiva seja realizada de forma plena.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Formação Complementar; Formação Docente; Práticas pedagógicas.

### 1 INTRODUÇÃO

Quando falamos de educação inclusiva no Brasil é preciso levar em consideração a conjuntura histórica, política e social na qual a educação se instituiu publicamente. A primeira legislação educacional brasileira surge no governo de Getúlio Vargas após anos de uma estrutura pública que aponta para uma descentralização curricular e de política pública em educação. De acordo

---

<sup>1</sup> Professora da UNIBRA. Mestra em Educação Matemática e Tecnológica - UFPE. Email: ariedja.cacvalho@grupounibra.com

com Saviani (2008) apenas no período denominado de Era Vargas as políticas públicas em educação ganharam um caráter federativo no que diz respeito à educação básica.

Nos períodos anteriores, a educação básica ficava ao encargo dos municípios, a educação ginasial ao encargo dos estados e a educação universitária ao encargo da União. Como diz Xavier (1994), durante a República do Café, as camadas médias industrializadas, fortemente influenciadas pelas doutrinas liberais europeias e norte-americanas, lutavam pela democratização do regime político e do sistema escolar. Apenas 1935, após a apropriação do Manifesto dos Pioneiros em Educação, o ensino tomou um caráter universal e democrático. Em grande parte, partindo da perspectiva de produção de mão de obra para um país que estava em um amplo processo de industrialização.

Apesar dos avanços no que se refere a professores especializados na área de inclusão a realidade indica que no campo da educação inclusiva a um déficit de profissionais qualificados que atenda os alunos com deficiência, levando em conta do quão importante é o papel que o educador tem na vida social dos alunos é primordial que a o professor da educação inclusiva assuma os desafios proposto e busque recursos que atenda e viabilizem a ampliação de práticas pedagógicas que dialogam com as mudanças constantes que o ensino e aprendizado propõe. De modo que fique claro que a formação continuada é tão necessária quanto à primeira formação.

A seguir, serão apresentadas as ideias do nosso trabalho que foi desenvolvido com uma pesquisa bibliográfica. Nosso objetivo é chamar a atenção para esse tema tão importante como nossa formação complementar para docentes na educação inclusiva e considerar pontos importantes para ampliar o formato da nossa educação.

## **2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO**

Para construção desse trabalho, utilizamos a pesquisa bibliográfica. Segundo Macedo (1994, p.13), sobre a pesquisa bibliográfica, pode-se dizer que: “trata-se do primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa científica, com o fim de revisar a literatura existente e não redundar no tema de estudo ou

experimentação”. Desta forma podemos observar que a pesquisa bibliográfica é uma revisão ou um levantamento de uma obra que já havia sido publicada. Tendo como base teses, livros, artigos entre outros documentos publicados que ajudam na investigação do tema proposto.

Para Lakatos e Marconi (2003, p.183): “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propiciou o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. A problemática da pesquisa foi abordada qualitativamente, por tanto vamos usar dados textuais, linguagens usadas para desenvolver nossa pesquisa buscando evidências e profundidade.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **3.1 Educação Inclusiva**

Para aprofundarmos essa discussão, precisamos caracterizar o que seria a educação inclusiva na perspectiva escolar. Segundo Sasaki (1999 apud AMARAL, 2017) a Educação inclusiva é o processo de consolidação dos direitos das pessoas com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação, instalado nos sistemas de ensino. Esse aparato poderá assumir caráter universal, sendo disponibilizado em escolas de todos os níveis para proporcionar uma maior qualidade no ensino para essas pessoas. Para que possamos pensar a nível de superestrutura, devemos condicionar nosso olhar para o campo das políticas públicas em educação, a partir das percepções ideológicas que as guiam.

Segundo Amaral (2017 p. 123) “A implementação de políticas públicas voltadas para o ensino de pessoas com deficiência no Brasil, ainda que em instituições especializadas de educação especial, tem o seu marco histórico no final da década de 1960”. Ao nos defrontarmos com este movimento tardio, precisamos estabelecer relações contundentes entre o processo histórico e a realidade social que vivemos.

Em um contexto de abertura política, galgado desde o final da década de 1970, perceberemos que fortes tendências educacionais surgem no horizonte

político e cada conjunto político assumiu uma tendência dentro de sua estrutura. Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, com o seu Capítulo III, promovendo a garantia dos direitos universais – educação, cultura, saúde – entretanto, a união da teoria com a prática tornou-se um grande problema de ordem pública. O mais grave se encontrava na falha da formação de professores para lidar com as demandas. Para lidar com isso, foi preciso promover uma série de formações continuadas. Será enfatizado no decorrer do artigo, a formação continuada a partir da investigação de casos de ensino.

Segundo Mizukami (2000) a dinamicidade das vivências em sala tem incentivado uma série de pesquisas investigativas que buscam compreender os casos de ensino como um potencial pedagógico para redefinir as dinâmicas de ensino-aprendizagem. Esses casos podem ser reais ou fictícios e buscam ilustrar a realidade a partir de uma perspectiva investigativa para dar cabo de reincidir sobre a lógica pedagógica vigente, a fim de estimular uma maior criticidade e uma vasta elaboração do processo de formação de professores para uma Educação Inclusiva.

Os desafios propostos buscam se basear na fórmula dialética e perceber as contradições da prática. Merseth (1996) nos aponta três propósitos que direcionam a utilização de casos. Segundo a mesma, os casos podem ser usados como exemplos, como oportunidades para praticar a tomada de decisões e resolução de problemas práticos e como estímulo à reflexão pessoal. Os exemplos podem ser usados como a união de uma prática com a teoria, gerando uma comparação entre as implicações práticas e as percepções teóricas. Enquanto como uma oportunidade para a tomada de decisões, revela o caráter da *práxis* freiriana (2016) de uma teoria que informa uma prática que informe e atualize uma teoria. Já no princípio de percepção pessoal, vincula uma internalização da vivência, estimulando uma percepção do papel do educador na formação integral do sujeito.

### **3.2 Processo de integração de políticas sociais no Brasil**

Segundo Santana (2016) nos últimos dois séculos no Brasil é possível observar uma significativa mudança em vários aspectos das condições básicas de vida, como por exemplo as políticas sociais, educacionais e econômicas.

Entretanto, tal qual nos diz Mazzota (2006), existe uma latente contradição nos avanços conquistados. Uma dessas contradições existe à nível cultural e se manifesta na ignorância, no abandono, nas superstições, marginalização e, principalmente, na exclusão de pessoas portadoras de deficiências, retardando seu desenvolvimento psicossocial, principalmente durante a primeira metade do século XX.

Isso se deu por uma elaboração de uma possível classificação dos níveis de inteligência de uma criança, conhecidos como Escola de Binet-Simon, que é graduado em idades mentais. Segundo Santana (2016) na década de 1970, os fatores etiológicos utilizados para explicar os índices alarmantes de fracasso no desenvolvimento social como a desnutrição, problemas neurológicos entre outros, foram amplamente difundidos para criar o rótulo de Disfunção Cerebral Mínima, para crianças que apresentavam um baixo desenvolvimento de escolaridade.

Neste momento, o discurso científico fez com que predomina a narrativa de que pessoas portadoras de deficiência não tinham capacidade de cooperar na produção esperada de uma sociedade que vivia em um período ditatorial. As narrativas, sejam elas científicas, educacionais ou culturais, sustentam o aparato de uma ideologia dominante que determina os rumos políticos que uma sociedade irá tomar.

Foi apenas na década de 70 que o Modelo Médico Psicológico foi substituído pelo Modelo Educacional ou Modelo Diagnóstico, que definia a escolha de procedimentos de ensino partindo da dificuldade da própria casa do aluno. Estima-se que a Educação Especial surge de uma contradição entre a exclusão do modelo segregativo e as incoerências do modelo inclusivo que se propagava naquele momento.

A partir desta perspectiva, podemos considerar a educação inclusiva como (SANTANA, 2016) um processo de integração de corpos que estavam apartados historicamente no Brasil, em um processo educativo que se constrói em uma perspectiva capitalista neoliberal que condensa um modelo de sociedade que delimita as possibilidades dos seus oprimidos a partir de um aparato tecnicista e capacitista. Segundo Santos (2016):

Quando falamos em educação inclusiva, falamos da introdução do diferente no habitual e por isso o tema é relevante ao sistema de ensino, é em casa que o ensino começa e a escola dar continuidade a valores apresentados no lar além de tornar-se peça fundamental no processo inclusivo. Essa afirmativa caracteriza-se por esta apresentar pessoas capacitadas a orientar as famílias e os próprios alunos em relação a receptividade de cada aluno com necessidade especial.

Isso identifica uma estruturação da educação inclusiva a partir de uma maior instrumentalização do processo, com profissionais capacitados e uma integração bem articulada. Com a prática, a defasagem e o desmonte da educação pública denuncia que, de acordo com Santos, essa integração acontece em possibilidades materiais de extremo sucateamento e de ampla demanda.

Embora através das lutas por igualdade de direito tenha conquistado os espaços no que se refere a educação inclusiva essa trajetória ainda tem que ser percorrida, não devemos estagnar, mas fiscalizar e cobrar melhores condições de espaços públicos ou privados para educação garantindo que esse direito seja oferecido em melhores condições.

Sendo assim, mesmo que a busca por esse direito tenha alcançado alguns benefícios muito temos que lutar pra garantir permanência e igualdade de inclusão para pessoa com deficiência, baseando na constituição federal nos garante que educação é um direito de todos e em nada pode ser deferido em seu artigo 205, sendo assim cabe ao estado e a família garantir igualdade de condições para acesso e permanência na escola, artigo 206.

Já no artigo 208, inciso III garante que os alunos matriculados frequentes regulamentem com igualdade de direito no ensino regular não podendo sofrer nenhum tipo discriminação por razão de sua deficiência.

#### **- Lei nº 7853/89**

Prevê a oferta obrigatória e gratuita da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino, considerando crime a recusa de alunos com deficiência em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado. –

#### **Declaração Mundial de Educação para Todos (1990)**

Foi aprovada em Jomtien, na Tailândia, em 1990. Essa declaração tem como objetivo garantir o atendimento às necessidades básicas da aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos.

Em seu Artigo 3º a Declaração trata da universalização do acesso à educação e do princípio de equidade. Especificamente em relação à educação dos alunos com deficiência, o documento diz:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiência requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte do sistema educativo (p. 4).

Assim, essa Declaração afirma o direito de todas as pessoas à educação, assegurando a igualdade de acesso às pessoas com deficiência. Não só com espaços inclusivos, mas com apoio aos profissionais para que essa inclusão seja oferecida em sua verdadeira plenitude. É importante ressaltar que a falta de preparo aos profissionais trás insegurança quanto receber alunos com deficiências, Gasparetto (2001) deixou claro em sua pesquisa que 82% dos profissionais pouco conhecia sobre a área e 92% não tinham formação para atender esses alunos, vale lembrar que esse estudo envolveu professores e diretores do ensino fundamental de escolas públicas que atuavam com alunos com deficiência. Estudos mais recentes feitos pelo MEC (2014) apontam melhorias e crescimentos relevantes em relação a formação de professores em educação inclusiva em 2003, eram 3.691 profissionais especializados e em 2014 chegou a 97.459, muito embora esse crescimento seja significativo ainda não corresponde ao ideal já que o censo escolar faz referência que apenas 6% dos professores tem formação para atender os alunos portadores de alguma deficiência.

A inclusão genuína não significa a invenção de alunos com deficiência em classes de ensino regular sem apoio para os professores ou alunos. Em outras palavras, o principal objetivo é o ensino inclusivo não é economizar dinheiro: é servir adequadamente a todos os alunos. A inclusão escolar, é reunir toda e qualquer pessoa no convívio escolar, sem discriminação de classe social, física ou mental. Toda instituição deve acolher a criança na escola. Conforme o ECA.

"Parágrafo único. os direitos enunciados nesta lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, religião e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou comunidade em que vivem. (Incluído pela lei nº 13.257, de 2016)".

É importante ressaltar que a inclusão deve ser oferecida em todo o campo educacional, mas ela tende a estacionar no ensino infantil até o ensino médio. Mas quando se ultrapassa para educação a nível superior muito temos que lutar, pois esbarramos em espaços burocráticos, sem acessibilidade, falta de profissionais qualificados e ambientes que não oferecem sequer qualidade para atender a necessidade da pessoa com deficiência.

Por fim, vemos que a inclusão procura garantir o direito a ser diferente, isso se reflete a uma condição que imprescindivelmente emancipa, liberta da opressão, e dessa forma que “o destino do homem deve ser criar para transformar o mundo, sendo [ele próprio] o sujeito de sua ação (Freire, 2008 p,38).

Nesse caso o educador deve estar preparado não só para identificar a necessidade do aluno com deficiência (estando ele com laudo ou não) mas está apto para ajudá-lo como observamos no filme (como estrela na terra), por isso faz se necessário o professor ter qualificações. Quando essa educação inclusiva acontece de forma igualitária ela enaltece e pluraliza, pois, “a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora” (Mantoan,2009, p,4). Nesse sentido podemos observar que é possível educar de uma forma mais acolhedora e com mais qualidade, atingindo assim todos os alunos igualmente. Para que uma educação inclusiva aconteça de forma plena e totalitária, é preciso educar nossa nação a romper com a história de preconceito ainda tão aflorado na sociedade. Quando se tem inclusão tem espaço para acessibilidade.

Acessibilidade é um direito de todos, e serve em contexto geral para aproximação das pessoas em todos os ambientes, claro que mesmo havendo lei que determine acesso a todos ainda temos muito que melhorar aqui no Brasil.

A lei 10.098, de 19/11/2000, nos garante que todas as pessoas com necessidades especiais tenham acessibilidade em todos os meios, seja na escola como na vaga de estacionamento. Como podemos ver no artigo 2 inciso I.

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Então todas as escolas precisam estar adequadas a esses alunos e não os alunos se adequarem a escola ou ao meio que serão inseridos. Havendo a acessibilidade vai haver a inclusão, fazendo com que sejam eliminadas as barreiras de limitação, e para que isso aconteça é essencial que todos estejam cientes da importância da inclusão. Seja na educação, lazer, trabalho ou qualquer outra área a pessoa com deficiência deve ser tratada igualmente e em todas essas áreas devem ter acessibilidade para os mesmos. Visto que

É assim O que é inclusão social que se pretende, deve abranger todos os espaços sociais e implica em lazer, saúde, educação, atividades culturais, participação na vida econômica, possibilidade de vivenciar sua vida afetiva com um intuito de haver de fato a proteção e reconhecimento como pessoa de direitos sociais não mais adquiridos, mas de fato herdado por uma luta de classe.

Portanto fica evidente que é necessário que a escola se adapte à realidade de seu aluno e seja flexível em todos os ambientes da mesma, para que assim todos possam ter a educação igualitária na educação como podemos ver na LDB artigo 4 inciso III

Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino. (Redação dada pela lei nº 12.796, de 2013).

Com a declaração da Salamanca em 1994 na Espanha, veio fortalecer ainda mais a inclusão social, visto que, a Salamanca é um dos principais documentos mundiais que visa essa inclusão, como nos mostra a seguir.

A declaração da Salamanca ampliou o conceito de necessidades educacionais especiais, incluindo todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola, seja porque motivo for.

Assim, a ideia de “necessidades educacionais especiais” passou a incluir, além das crianças portadoras de deficiências, aqueles que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola...

Então a Salamanca veio com a proposta de fazer uma junção de todas as crianças, tanto as crianças com deficiência como as crianças que sofrem qualquer tipo de dificuldade ou interdição ao estudo. Onde um dos conceitos básicos é justamente o aprender juntos, uma criança próxima à outra, onde vão caber as escolas realizar as adequações necessárias para esses alunos, havendo assim a inclusão desde a infância.

### **3.3 Políticas públicas voltadas para a educação especial**

Para que possamos pensar a nível de superestrutura devemos condicionar nosso olhar para o campo das políticas públicas em educação, a partir das percepções ideológicas que as guiam. Segundo Amaral (2017 p. 123) “A implementação de políticas públicas voltadas para o ensino de pessoas com deficiência no Brasil, ainda que em instituições especializadas de educação especial, tem o seu marco histórico no final da década de 1960”. Ao nos defrontarmos com este movimento tardio, precisamos estabelecer relações contundentes entre o processo histórico e a realidade social que vivemos.

Quando enfatizamos o fato que a formação docente em nível superior sozinha não extinguirá o montante de problematização e complexo que historicamente está entranhado na educação brasileira, a exemplo disso é o analfabetismo. Sendo assim é preciso mudança no que se refere à educação para a quebra dos paradigmas seja ele social econômico e cultural com isso compreendemos que a mudança educacional se faz necessária (Mendes)2002

Não obstante a isso vale ressaltar que ainda há uma falta de credibilidade quando se fala sobre capacidade do aluno com deficiência se desenvolver com autonomia (GOOFMAN, 1988) por isso faz-se necessário o conhecimento prévio do professor para que ele possa desenvolver uma prática pedagógica que possa atender previamente as necessidades do aluno com deficiência através de uma didática inovadora o professor mediador antecipa sua (didática) criando meios para facilitar o aprendizado do aluno levando em conta o aspecto e nível de aprendizado de cada um (PADILHA E ZALBAZA, 2015). É preciso deixar claro

que a própria LDB (1996) enfatiza a importância de se formar docentes especializados para atender a pessoa com deficiência sobre qualquer modalidade de ensino. Vale a pena lembrar que tão importante quanto incluir os alunos com deficiência em classes regulares é necessário quebrar preconceitos e criar possibilidades no que se refere a educação inclusiva já que apontamos os professores na sua grande maioria ainda não se sente preparados para receber esses alunos gerando um desconforto com isso enfatizamos a necessidade de oferecer não apenas formação, mas um suporte e capacitação para que a política de inclusão seja efetiva.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para operar na educação inclusiva, o professor deverá além de ter como base de sua formação inicial conhecimentos gerais para o exercício dessa função, deve ter também um conhecimento específico. Essa formação vai possibilitar a operação no acolhimento educacional especializado e deve descartar o caráter interativo e interdisciplinar do trabalho na sala de aula, para assim aumentar a oferta dos serviços e recursos da educação especial.

A complementação na formação dos professores é importante para diminuir a exclusão e reforçar o fato de ser tão importante a educação inclusiva. Devemos promover a harmonização e aprender que todos os alunos são especiais e tratá-los de forma igualitária, no entanto não podemos descartar as condições de cada um, pois cada deficiência tem sua necessidade. Por diversos motivos devemos estar preparados para essa demanda, podemos assim preparar o ambiente para que todos os alunos possam ser beneficiados com uma educação de qualidade e um nível maior de aprendizagem.

Os estudos mais recentes no campo na educação especial enfatizam que as definições e uso de classificações devem ser contextualizados, não se esgotando na meta especificação ou categorização atribuída a um quadro de deficiência, transtorno, distúrbio, síndrome ou aptidão. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente, transformam o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, reforçando a importância dos ambientes heterogêneos para a promoção da aprendizagem de todos os alunos. (BRASIL, 2008, p.9).

Para pensarmos a permanência desses alunos em sala, é inevitável tratarmos a estrutura socioeconômica. A Educação precisa ser pensada não só pela educação em si, mas por todo o contexto que envolve o educando e as relações de classe que envolvem a estrutura da escola e as políticas públicas educacionais que a englobam. Pensar em permanência é pensar o aluno enquanto sujeito repleto de subjetividades. Nessa perspectiva, Freire (2016) nos atenta para a percepção de que o educando, enquanto sujeito em construção, agrega a seu processo pedagógico, suas vivências, experiências, conceitos e signos de cultura que devem ser percebidos pelo educador enquanto parte constituinte de seu ser social. Nesse sentido, nos vale estruturar nosso pensamento a uma percepção ampla do processo socioeducativo que acontece no seio de seu caráter pedagógico.

Para uma contribuição considerável de uma Educação Inclusiva, nos é importante percebermos a formação continuada de professores, por uma percepção elaborada dos casos de ensino. Segundo Duek et al (2020, p.920):

(..) dentre as diferentes possibilidades do trabalho de casos de ensino, evidencia-se que os processos formativos que fazem uso de narrativas (...) demandam um tempo maior, já que os processos formativos mais prolongados são importantes para a consolidação de algumas aprendizagens à medida que os participantes passam por muitos momentos de reflexão, circulando entre o passado e o presente da formação pessoal e profissional, entre as teorias pessoais e científicas, entre a teoria e a prática pedagógica, dentre outros aspectos. (DUEK et al, 2020, p.920).

Essa relação entre teoria e prática devem ser basilares na prática educativa, no sentido de ampliar as percepções teóricas em uma vinculação entre o social e o educacional, para conduzir à uma prática pedagógica coerente e inclusiva. A educação não pode ser percebida como um processo que se inicia e se encerra em si mesmo. Os professores precisam se vincular a um processo de formação continuada para que o entendimento da prática de ensino seja estruturado.

Nessa perspectiva, os usos dos casos de ensino são importantíssimos para o entendimento da inclusão enquanto prática inerente à reflexão. Segundo Freire (2016) educar exige reconhecimento das potencialidades e dificuldades do educando que se encontra em processo de instrução. Implicamos galgar a capacidade de uma estrutura excludente, priorizar, problematizar e produzir

aporte teórico-crítico para que a experiência destes educandos seja de fato inclusiva.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Educação Inclusiva desponta em nosso horizonte político enquanto uma prática pedagógica vinculada a uma política de universalização das possibilidades de produzir cidadãos educados. Enquanto política, desponta no horizonte legislativo brasileiro em 1978, e se caracteriza inicialmente como o processo de trazer para dentro da estrutura de produção de mão de obra, pessoas que o pensamento tradicional considerava improdutivos. Esse processo inicialmente tinha caráter puramente tecnocrata e, após a Constituição Brasileira de 1988, modifica seu discurso para uma produção igualitária de direitos educativos.

A chamada “Constituição Cidadã”, produto da abertura política, se caracterizou, dentro da Políticas Educacionais como um campo característico de um processo educacional plural. Entretanto, foi a partir de 1990 que a Educação Inclusiva ganhou características mais estruturadas.

Quando pensamos em educação inclusiva, devemos levar em consideração a estrutura física, orgânica e social do aluno e da unidade de ensino a qual este está inserido. É comum estruturarmos nossa discussão acerca das percepções legislativas sobre o tema, entretanto, a elaboração de práticas pedagógicas que de fato vão estruturar nosso tema.

Para isso, podemos perceber que a formação de professores em uma pedagogia política e prática com uma união entre a prática e a teoria. Não existe processo educativo de inserção sem pensar o educando a ser inserido e o contexto ao qual o mesmo está sendo apresentado. Neste sentido, vale ressaltar que a estruturação discursiva da teoria pedagógica precisa estar vinculada ao contexto em que se insere ou se pretende inserir, posto que a educação é mediada por uma série de contextos que perpassam os seus caminhos.

Concluimos que a partir das discussões e análises diante das disciplinas e suas ementas e trabalhos publicados no curso de pedagogia podemos perceber que se faz necessário uma reestruturação que promova debates que reformulem e promova formação e práticas pedagógicas que gerem desenvolvimento do fazer docente a fim que a inclusão aconteça na forma plena.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Mirian Mattos. **Políticas Públicas de Formação Continuada de Professores para a Educação Inclusiva no Brasil: O que temos para hoje?** v.13. n. 03. Pará: Revista de Artes e Educação, setembro/outubro, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Atlas, 1988.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília: Secretaria de Educação Especial/ mec, 2008.

FREIRE, P. (2008). **Educação e Mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GASPARETTO, M. E. R. F. (2001). **Visão subnormal em escolas públicas: conhecimentos, opinião e conduta de professores e diretores do ensino fundamental** Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.

GOFFMAN, E. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo, SP: Atlas 2003.

MACEDO, Neusa Dias. **Iniciação a pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação de trabalho de pesquisa.** 2. Ed, São Paulo: Loyola, 1994.

MANTOAN, M. T. E. (2009). O Direito à Diferença, na Igualdade de Direitos.

Bengala Legal, 1-14.

MAZZOTA, M. A. **Fundamentos de educação especial**. Série Cadernos de Educação. São Paulo: BPCS, 2006.

Ministerio da Educação. **Censo Escolar 2014**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/dados-do-censo-escolar-indicam-aumento-matriculadas-de-alunos-com-deficiencia>. Acessado em: 20 de abr. 2022.

MENDES, E. G. Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil. In: PALHARES, M. S.; MARINS, S. C. Escola inclusiva. São Carlos: EdUFSCar, 2002. p.61-85.

MERSETH, K. K. (Org.). **Desafios Reais do Cotidiano Escolar Brasileiro: 22 dilemas vividos por diretores, coordenadores e professores em escolas de todo o Brasil**. São Paulo: Instituto Península/Editora Moderna, 2018.

MERSETH, K. K. *Cases and case methods in teacher education*. In: SIKULA, J. **Handbook of research on teacher education**. New York: Macmillan, 1996. p. 722-744.

MIZUKAMI, M. G. N. **Aprendizagem da docência: professores formadores**. E-Curriculum: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-SP, São Paulo, v. 1, n. 1, dez./jul. 2005-2006. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/3106>. Acesso em: 27 mar. 2020.

PADILHA, Maria Auxiliadora Soares; ZABALZA, Miguel Ángel. **Coreografias didáticas no ensino superior: um cenário de integração de TIC na docência universitária**. 74 f. Relatório de Pesquisa (Pós-doutorado). Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela/Espanha, 2015.

SANTANA, Adriana Silva Andrade. **Educação Inclusiva No Brasil: Trajetória e impasses na legislação**. São Luiz da França: FSLF, 2016. Acesso em: 20 de março de 2022. Disponível em: [https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc\\_8.pdf](https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc_8.pdf)

SANTOS, Guilherme Alexandre. **Os Desafios da Educação Inclusiva na Rede Pública de Ensino**. Sergipe: UFS, 2016. Acesso em: 01 de abril de 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/575784/1/ARTIGO%20GUILHERME%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA%20%281%29%20%282%29.pdf>

SAVIANI, Demerval. **Desenvolvimento das Ideias Pedagógicas Leigas: ecletismo, liberalismo e positivismo (1827-1932)** In: SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2008. p 115-186

XAVIER, M. E; RIBEIRO, M. L; NORONHA, O. M. **História da Educação: A escola no Brasil**. São Paulo: FDT. 1994